

Agrichem do Brasil S.A.

CNPJ nº 03.860.998/0001-92 - NIRE 35300412.541

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2025

1. Data, horário e local: No dia 08 de julho de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Agrichem do Brasil S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Uruguai, nº 1.876, Parque Industrial Quinto Junqueira, CEP 14.075-330. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da única acionista identificada na Lista de Presença - Anexo I, que representa a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."), bem como do Artigo 6º, §3º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Eduardo Pivoto Esteves e secretariados pelo Sr. Carlos de Oliveira Marques. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social; (ii) a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social; e (iii) a consolidação do Estatuto Social. **5. Documentos lidos e autenticados pela Mesa:** Estatuto Social da Companhia - Anexo III. **6. Deliberações tomadas por unanimidade:** **6.1.** A única acionista decide aprovar o aumento do capital social no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com a emissão de 11.627.907 (onze milhões, seiscentas e vinte e sete mil, novecentas e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela única acionista Nutrien Soluções Agrícolas Ltda., mediante transferência bancária realizada em 08/07/2025, de modo que o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 168.018.870,29 (cento e sessenta e oito milhões, dezoito mil, oitocentos e setenta reais e vinte e nove centavos) dividido em 127.036.203 (cento e vinte e sete milhões, trinta e seis mil, duzentas e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para **R\$ 183.018.870,29 (cento e oitenta e três milhões, dezoito mil, oitocentos e setenta reais e vinte e nove centavos), dividido em 138.664.110 (cento e trinta e oito milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** **6.2.** As ações ordinárias ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista Nutrien Soluções Agrícolas Ltda., nos termos do Boletim de Subscrição de Ações - Anexo II. **6.3.** Como consequência da deliberação acima, o *caput* do Artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 183.018.870,29 (cento e oitenta e três milhões, dezoito mil, oitocentos e setenta reais e vinte e nove centavos), dividido em 138.664.110 (cento e trinta e oito milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** **6.4.** Considerando a deliberação acima, a única acionista resolve consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar nos termos do Anexo III à presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Sr. Carlos Eduardo Pivoto Esteves, Presidente; e Sr. Carlos de Oliveira Marques, Secretário. **Acionista:** Nutrien Soluções Agrícolas Ltda. Ribeirão Preto, 08 de julho de 2025. JUCESP nº 253.016/25-3 em 21/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Prazo e Objeto. Artigo 1º A Agrichem do Brasil S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Uruguai, nº 1.876, Parque Industrial Quinto Junqueira, CEP 14.075-330. **§1º.** Mediante deliberação conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá abrir, manter, alterar ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, produção, marketing, comercialização, importação, exportação, venda e distribuição de produtos de nutrição de plantas, indutores de saúde, formulações especializadas de fertilizantes de micronutrientes, fosfatos, bioestimulantes, formulação líquida de macro nutrientes, produtos agrícolas ou relacionados, sementes, mudas, fertilizantes, agroquímicos, defensivos agrícolas e produtos relacionados; (ii) a fabricação de fertilizantes líquidos e defensivos agrícolas; (iii) a prestação de serviços relacionados com a venda dos produtos acima mencionados; (iv) a representação comercial, agenciamento e intermediação de serviços, negócios ou operações relacionados à produção, fabricação, compra, venda e revenda de matérias primas agrícolas ou animais; e (v) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista, desde que tenha objeto social compatível com as atividades desenvolvidas pela Companhia. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 183.018.870,29 (cento e oitenta e três milhões, dezoito mil, oitocentos e setenta reais e vinte e nove centavos), dividido em 138.664.110 (cento e trinta e oito milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil, cento e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º.** A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome dos acionistas da Companhia ("Acionistas") no livro de "Registro das Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. **§2º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **§3º. A Companhia é vedada a emissão de partes beneficiárias. §4º.** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou qualquer terceiro, nem será reconhecida nos livros de "Registro das Ações Nominativas" e de "Transferência de Ações Nominativas", se levada a efeito em violação a este Estatuto Social. **Capítulo III. Assembleias Gerais dos Acionistas. Artigo 6º** A Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia ("Assembleia Geral") reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro (4) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º.** As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer um dos Diretores da Companhia, que indicará o secretário entre os presentes ou por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes. **§2º.** Sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades legais, a Assembleia Geral deverá ser convocada (i) pelo Diretor Presidente, (ii) por qualquer dos Diretores da Companhia; ou (iii) por qualquer de seus Acionistas, por meio de notificação escrita, com prazo mínimo de 8 (oito) dias de antecedência, para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias úteis, para a segunda convocação. **§3º.** Será considerada regularmente convocada, independentemente das formalidades aplicáveis, a Assembleia Geral à qual comparecerem Acionistas representando a totalidade de capital social da Companhia. **§4º.** As Assembleias Gerais serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas Assembleias Gerais por meio de teleconferência ou videoconferência, cuja participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os Acionistas que participarem remotamente da Assembleia Geral deverão: (i) confirmar por escrito seus votos, por meio de carta ou correio eletrônico enviado ao presidente e secretário da referida Assembleia Geral; e (ii) nomear um procurador com poderes para assinar o livro de registro de presença de acionistas e a respectiva ata da Assembleia Geral. Os votos do Acionista que participar remotamente deverão ser computados e sua presença registrada pelo secretário no livro de registro de presença, mediante assinatura de seu procurador. **Artigo 7º** A aprovação das seguintes matérias exigirá deliberação da Assembleia Geral: (i) alteração à sede da Companhia, ao capital social ou qualquer outro ato que implique em alterações ao Estatuto Social da Companhia; (ii) a emissão de novas ações ordinárias ou preferências ou a emissão, reclassificação, compra, reembolso, resgate ou aquisição de quaisquer valores mobiliários pela Companhia; (iii) a implementação de planos de opção de ações (*stock option plans*) pela Companhia; (iv) a aquisição pela Companhia ou por qualquer subsidiária, ou alienação, cessão, transferência ou disposição pela Companhia ou por qualquer subsidiária, de imóveis ou outros bens que compõem o ativo não circulante, em qualquer dos casos em montante em reais que corresponda a valor que exceda, individualmente ou, em um conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; (v) assinatura de qualquer acordo que tenha período de duração superior a 12 (doze) meses do qual a Companhia e/ou suas subsidiárias sejam parte ou de outro modo estejam vinculadas e que exijam, ou possam com o decurso de tempo ou satisfação de outras condições exigir, pagamentos pela Companhia ou suas subsidiárias, cujo montante envolvido, individualmente ou em conjunto de operações relacionadas em qualquer período de 12 (doze) meses, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; (vi) aprovação de início ou proposutura de procedimento ou demanda judicial, arbitral ou administrativa, bem como assinatura de transação ou acordo de qualquer litígio que envolva a Companhia ou suas subsidiárias, cujo montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de contingências relacionadas, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos) na data de aprovação do ato; (vii) atos que importem em renúncia de direito pela Companhia, cujo montante unitário envolvido, ou série de montantes somados em relação ao mesmo terceiro e suas afiliadas num período de 12 (doze) meses, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; (viii) aquisição de quotas ou ações em outras sociedades ou participação em joint-ventures envolvendo outras sociedades fora do grupo econômico da Companhia; (ix) celebração de contratos de *forward e hedging* envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias; (x) outorga de quaisquer garantias pessoais ou financeiras em nome da Companhia ou suas subsidiárias em favor de terceiros, exceto se para entidade do mesmo grupo econômico da Companhia; (xi) alterações substanciais no plano de benefícios e aposentadoria dos funcionários da Companhia ou suas subsidiárias; (xii) execução de qualquer transação pela Companhia ou suas subsidiárias que não seja parte do curso ordinário dos negócios da Companhia e envolva recebível superior ao valor em reais correspondente a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; e (xiii) celebração de quaisquer compromissos que obriguem a Companhia ou suas subsidiárias de qualquer forma por período superior a 5 (cinco) anos e envolvendo montante superior ao valor em reais correspondente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato. **Artigo 8º** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos Acionistas presentes, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º** As deliberações tomadas em Assembleia Geral serão lavradas sob a forma de ata sumária, que vinculará todos os Acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando os Diretores da Companhia, que deverão seguir estritamente as deliberações tomadas em Assembleia Geral. **Capítulo IV. Administração. Artigo 10 O** negócio e as operações da Companhia serão administrados por 2 (dois) ou mais diretores, pessoas naturais, residentes no País, denominados Diretores ("Diretores"). **§1º.** Os Diretores serão designados por deliberação da Assembleia Geral. **§2º.** Os Diretores tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse nos livros de Atas das Reuniões da Diretoria, conforme previsto no art. 149 da Lei das Sociedades por Ações. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus respectivos sucessores tomem posse. **§3º.** O mandato dos Diretores será determinado no momento de suas respectivas designações, sendo aditament a reeleição. Fica desde já dispensada a elaboração de documento escrito anual para nomeação dos Diretores. **§4º.** Os Diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo, por qualquer motivo, com ou sem justa causa, por decisão da Assembleia Geral. **§5º.** A remuneração dos Diretores será estabelecida em Assembleia Geral, podendo referida deliberação estabelecer que os Diretores não receberão qualquer remuneração. **§6º.** Aos Diretores caberá a gestão dos negócios da Companhia em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, sujeitos à aprovação prévia da Assembleia Geral somente para as matérias listadas no Artigo 7º. Os Diretores terão, entre outros, os poderes necessários para: (i) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social e pelo cumprimento das resoluções da Assembleia Geral; (ii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (iii) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia; e (iv) representar a Companhia, sujeito às restrições do Artigo 12 abaixo. **§7º.** A Diretoria da Companhia é atualmente composta pelos Srs: **(a) Carlos Eduardo Fazzio de Brito**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.947.433-7 SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 100.932.718-67, com endereço comercial na Praça Professor José Lannes, nº 40, Edifício Berrini 500, 14º andar, Bairro Cidade Monções, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-100, como Diretor Presidente da Companhia; **(b) Adriana Duarte de Carvalho**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 095314514 TFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 045.339.837-58, com endereço comercial na Praça Professor José Lannes, nº 40, Edifício Berrini 500, 14º andar, Bairro Cidade Monções, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-100, como Diretora Jurídica da Companhia; **(c) Estevan Covre Bento**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.386.498 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 085.511.297-24, com endereço comercial na Praça Professor José Lannes, nº 40, Edifício Berrini 500, 14º andar, Bairro Cidade Monções, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-100, como Diretor Comercial da Companhia; **(d) Felipe Neufeld**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.151.951-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 328.949.858-19, com endereço comercial na Praça Professor José Lannes, nº 40, Edifício Berrini 500, 14º andar, Bairro Cidade Monções, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-100, como Diretor de Recursos Humanos da Companhia; e **(e) Matheus Zanella Aquino**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro

agronomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.662.974-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 363.126.478-03, com endereço comercial na Praça Professor José Lannes, nº 40, Edifício Berrini 500, 14º andar, Bairro Cidade Monções, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-100, como Diretor de Produtos Proprietários da Companhia. **Artigo 11** A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, com a presença de todos os seus membros. **§1º.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e suas deliberações serão tomadas pela maioria de seus membros. **§2º.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. **Artigo 12** A representação da Companhia, para todos os atos e documentos que importem em sua responsabilidade ou obrigação, necessitará da assinatura de: 2 (dois) Diretores em conjunto ou, alternativamente, de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, desde que investido de poderes especiais ou, ainda, de 2 (dois) procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes especiais. **§1º.** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, a Companhia deverá necessariamente ser representada da seguinte forma na prática dos atos elencados abaixo: (i) aquisição pela Companhia ou por qualquer subsidiária, ou alienação, cessão, transferência ou disposição pela Companhia e ou por qualquer subsidiária, de imóveis ou outros bens que compõem o ativo não circulante: (A) pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Presidente, cujo montante envolvido, individualmente, ou em conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; (B) pela assinatura do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro ou do Diretor Comercial em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Comercial, cujo montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, exceda o equivalente em reais a valor correspondente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) e até US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; ou (C) pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado por qualquer Diretor, cujo montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, seja em valor em reais correspondente a até US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato. (ii) assinatura de qualquer acordo ao qual a Companhia e/ou suas subsidiárias sejam parte ou de outro modo estejam vinculadas e que exijam, ou possam com o decurso de tempo ou satisfação de outras condições exigir, pagamentos pela Companhia ou suas subsidiárias: (A) pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Presidente, caso o montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; (B) pela assinatura do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro ou do Diretor Comercial em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Comercial, cujo montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, exceda o equivalente em reais a valor correspondente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) e até US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; ou (C) pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado por qualquer Diretor, cujo montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de operações relacionadas, em qualquer período de 12 (doze) meses, seja em valor em reais correspondente a até US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato. (iii) aprovação de início ou proposutura de procedimento ou demanda judicial, arbitral ou administrativa, bem como assinatura de transação ou acordo de qualquer litígio que envolva a Companhia ou suas subsidiárias, ficando excepcionada desta obrigação os procedimentos de cobrança e o ajuizamento de ações e execuções para recuperação de crédito da Companhia, inadimplidos por qualquer terceiro: (A) pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais, mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Presidente, caso o montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de contingências relacionadas, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) na data de aprovação do ato; (B) pela assinatura do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro ou do Diretor Comercial em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais, mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Presidente, caso o montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de contingências relacionadas, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) na data de aprovação do ato; (C) pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado por qualquer Diretor, cujo montante envolvido, individualmente ou, em conjunto de contingências relacionadas, seja em valor em reais correspondente a até US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares norte-americanos) na data de aprovação do ato; (iv) atos que importem em renúncia de direito pela Companhia: (A) pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Presidente, cujo montante unitário envolvido, ou série de montantes somados em relação ao mesmo terceiro e suas afiliadas num período de 12 (doze) meses, exceda o valor em reais correspondente a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; (B) pela assinatura do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro ou do Diretor Comercial em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Comercial, cujo montante unitário envolvido, ou série de montantes somados em relação ao mesmo terceiro e suas afiliadas num período de 12 (doze) meses, exceda o equivalente em reais a valor correspondente a US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos) e até US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato; ou (C) pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado por qualquer Diretor, caso o montante unitário envolvido, ou série de montantes somados em relação ao mesmo terceiro e suas afiliadas num período de 12 (doze) meses, seja em valor em reais correspondente a até US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos) na data de assinatura do ato. (v) outorga de fiança e concessão de aval, caução ou hipoteca, bem como quaisquer outros tipos de garantias reais ou fidejussórias, desde que relacionadas a obrigações (a) que digam respeito a atividades para a consecução do objeto social da Companhia; (b) em favor de outras sociedades das quais a Companhia seja única sócia ou acionista ou sócia ou acionista majoritária, direta ou indiretamente; ou (c) em favor de sociedades que integrem o mesmo grupo econômico que a Companhia: pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com qualquer outro Diretor ou procurador investido de poderes especiais, ou de dois procuradores investidos de poderes especiais mediante instrumento de mandato assinado por qualquer Diretor. **§2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nomeado pela Companhia, desde que investido de poderes especiais, na prática dos seguintes atos: (i) assinatura de correspondências que não gerem obrigações para a Companhia; (ii) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros da mesma natureza; (iii) assinatura de documentos que versem sobre a aceitação de garantias em favor da Companhia, por parte de clientes e/ou por devedores da Companhia, incluindo a assinatura em cartório de escrituras de garantia hipotecária e instrumentos de garantia de alienação fiduciária em favor da Companhia; (iv) atos de representação da Companhia perante juízos e entes públicos de qualquer instância, para comparecimento em audiências, reuniões e depoimentos; (v) contratos de experiência e de trabalho, respectivamente prorrogações, avisos de demissões, rescisões de contratos de trabalho, carteiras de trabalho e respectiva documentação previdenciária e relativas às relações de emprego entre a Companhia e seus empregados, bem como situações de homologação de rescisões de contrato de trabalho; (vi) a representação da Companhia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. **§3º.** A outorga de procurações será feita sempre por um Diretor e condicionada à prévia autorização, por escrito, da Assembleia Geral ou, alternativamente, pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores, dispensada, nesse caso, a necessidade da referida autorização prévia, com exceção daquelas para fins judiciais, que poderão ser outorgadas sempre pela assinatura de apenas um Diretor, dispensada a necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade de até 1 (um) ano. **Artigo 13** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Acionistas, Diretores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 14 O** Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. **§1º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, os quais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes. **§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Capítulo VI. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição dos Resultados. Artigo 15 O** exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social. **Artigo 16 O** lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação: (i) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) a parcela correspondente a, no mínimo, 1% (um por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no art. 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo 16, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, com base na proposta da Diretoria, conforme o disposto nos Artigos 176, §3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, §4º da referida lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos Acionistas. **Artigo 17 A** Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários, por deliberação da Diretoria. **§1º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos inferiores, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII. Fusão e Incorporação. Artigo 18 – A** Companhia poderá participar de operação de fusão ou incorporação com outras sociedades, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VIII. Cisão e Transformação. Artigo 19 – A** Companhia poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo IX. Recuperação Judicial e Extrajudicial. Artigo 20 – A** Companhia poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo X. Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 21 –** Em caso de dissolução da Companhia, o liquidante será indicado pela Assembleia Geral. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados a liquidação de suas obrigações e os remanescentes, se houver, serão distribuídos às Acionistas. Encerrada a liquidação, a Companhia será declarada extinta por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo XI. Lei Aplicável. Artigo 22 –** A Companhia será regida pelo disposto neste Estatuto Social, aplicando-se, nos casos omissos, a Lei das Sociedades por Ações ou as deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo XII. Foro. Artigo 23 –** Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Ribeirão Preto/SP, 08 de julho de 2025.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2025

1 Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de agosto de 2025, às 10:00 horas, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, 15º andar, ala B, CEP 04794-000.

2 Convocação: Emergencialmente, mediante termo de convocação enviado para todos os conselheiros em 26 de agosto de 2025, conforme artigo 11, inciso (ii), do Estatuto Social da Companhia.

3 Presença: Presentes os conselheiros Dominique Edmond Pierre Signora e Jean Pierre Avril, conforme lista de assinaturas.

4 Mesa: Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente, e Camila Nascimento da Silva Torres, como Secretária.

5 Ordem do Dia: examinar, discutir e deliberar sobre a: (i) retificação das condições de remuneração das Letras Financeiras, conforme deliberada na Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de agosto de 2025 ("RCA"); e (ii) ratificação as demais condições das Letras Financeiras e matérias aprovadas na RCA.

6 Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 10, alínea "o" do Estatuto Social da Companhia, deliberaram, por unanimidade dos presentes e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições: **6.1** A retificação das condições de remuneração das Letras Financeiras, conforme deliberado na RCA, a serem reguladas no Instrumento de Emissão, as quais deverão ter a seguinte redação: "(xv) **Remuneração:** (a) as Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros, de um dia, over extra grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida de uma sobretaxa limitada a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, a ser fixada de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ("Remuneração da 1ª Série"); (b) as Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser definido na data do Procedimento de Bookbuilding, conforme cotação do ajuste do dia da realização do Procedimento de Bookbuilding, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet do contrato futuro com vencimento em 01 de julho de 2027 ("DI1-N27"), de forma que o percentual seja correspondente à respectiva taxa DI1-N27 a ser apurada no fechamento da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou spread limitada a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ("Remuneração da 2ª Série"); (c) as Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa limitada a 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser fixada de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ("Remuneração da 3ª Série"); (d) as Letras Financeiras da 4ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser definido na data do Procedimento de Bookbuilding, conforme cotação do ajuste do dia da realização do Procedimento de Bookbuilding, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet do contrato futuro com vencimento em 03 de julho de 2028 ("DI1-N28"), de forma que o percentual seja correspondente à respectiva taxa DI1-N28 a ser apurada no fechamento da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou spread limitada a 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ("Remuneração da 4ª Série"); (e) as Letras Financeiras da 5ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa limitada a 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser fixada de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ("Remuneração da 5ª Série"); e (f) as Letras Financeiras da 6ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser definido na data do Procedimento de Bookbuilding, conforme cotação do ajuste do dia da realização do Procedimento de Bookbuilding, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet do contrato futuro com vencimento em 02 de julho de 2029 ("DI1-N29"), de forma que o percentual seja correspondente à respectiva taxa DI1-N29 a ser apurada no fechamento da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou spread limitada a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ("Remuneração da 6ª Série" e quando em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, Remuneração da 2ª Série, Remuneração da 3ª Série, Remuneração da 4ª Série e Remuneração da 5ª Série, "Remuneração");".

6.2 Ratificar todas as demais condições e características da Emissão e das Letras Financeiras, e demais matérias aprovadas na RCA, bem como a ratificar todos os demais atos já praticados relacionados à deliberação acima.

7 Encerramento: Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada sem restrições ou ressalvas, e assinada por todos os presentes, em formato eletrônico. Todos os signatários reconhecem expressamente a veracidade, integridade, validade e eficácia desta ata, formada em meio digital, e concordam em utilizar e reconhecer como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formado eletrônico e/ou por meio de certificados eletrônicos, inclusive os que utilizam certificados não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

8 Assinaturas: Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Camila Nascimento da Silva Torres, como Secretária. Conselheiros presentes: Srs. Jean Pierre Avril e Dominique Edmond Pierre Signora. São Paulo, 27 de agosto de 2025. Dominique Edmond Pierre Signora – **Presidente**; Camila Nascimento da Silva Torres – **Secretário**. **Conselheiros:** Jean Pierre Avril; Dominique Edmond Pierre Signora. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 292.219/25-8 em 29/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da GP Partnership S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 04 dias de setembro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (i) exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão; (ii) cancelamento das ações preferenciais objeto da Opção de Compra mencionada no item "i". Barueri, 29 de agosto de 2025. Thiago Lolkus Nigro, Presidente do Conselho de Administração.

B.Drops S.A.

CNPJ/MF nº 12.787.333/0001-91 – NIRE 35.300.508.661

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os Acionistas da B.Drops S.A. ("Companhia") são convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 16 de setembro de 2025, às 16h00, na sede da Companhia, situada na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 5º andar, conjunto F.H., Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 04536-000. Ordem do Dia - Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social de 2024; 3. Eleger os membros da Diretoria para novo mandato com duração de 1 (um) ano, a se encerrar na data da AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31/12/2025. (André Nitirini Guidolin – Diretor Presidente, Frederico Cristiano Naspolini Vianete – Diretor sem designação específica e Felipe Gustavo Naspolini Vianete – Diretor sem designação específica); Os documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral estarão disponíveis na sede da Companhia para consulta e serão enviados aos Acionistas que solicitarem a sua participação na Assembleia Geral, nos termos desse edital de convocação, publicados conforme descrito pelo Art. 294, III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os Acionistas que venham a ser representados por procuradores na Assembleia Geral deverão apresentar o instrumento de procuração válida, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. São Paulo, 02 de setembro de 2025. Frederico Cristiano Naspolini Vianete – Diretor.

IZP Cônego Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 36.740.885/0001-02 - NIRE 35.300.631.323

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/08/2025, às 10:00 horas

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 289.418/25-2 em 29/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CROTONE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 61.370.997/0001-66 – NIRE 35.300.667.298

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18 de Julho de 2025

Data, Hora e Local: 18/07/2025, às 16 horas, na sede social. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. Convocação: Dispensada. Ordem do Dia e Deliberações: (i) Aprovada a alteração da razão social da companhia passando a ser UNIUM ATIVOS JUDICIAIS S.A., alterando-se desta forma a redação do Artigo 1º do Estatuto Social; (ii) Aprovada a alteração do endereço da sociedade passando da Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – São Paulo – SP, para Avenida Tamboré, 267 - Cj de Escritórios 281 A – Canopus Corporate Alphaville – Sítio Tamboré/Jubara - Barueri - SP, alterando-se desta forma a redação do Artigo 3 do Estatuto Social; (iii) Aprovada a alteração do objeto social da companhia, passando para: Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras. Atividades Secundárias: 64.99-9-99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros; e 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, alterando-se desta forma a redação do Artigo 2 do Estatuto Social; (iv) Aprovada a destituição dos atuais membros da Diretoria da Companhia Sr. Edson Vicente da Silva Filho, que neste ato deixa o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace, que neste ato deixa o cargo de Diretora. Ato contínuo foi aprovada a eleição para o cargo de Diretor Presidente da Sra. Milene da Rosa Rosa. Decidem ainda os acionistas alterar o prazo de mandato da diretoria de 02 anos para 03 anos, alterando-se desta forma o § 1º do Artigo 9º do Estatuto Social, o Diretor Presidente eleito declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomou posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Cia. (v) Alteração do Artigo 11 que passará a ter a seguinte redação: "ARTIGO 11º - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto, sendo vedado alienação de bens ou tomar empréstimos sem prévia autorização por Assembleia Geral de Acionistas." (vi) Aprovada a alteração do Artigo 16 passando o exercício social para 31 de dezembro, assim o referido artigo passará a ter a seguinte redação: "ARTIGO 16º - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício". (vii) Aprovada a consolidação do estatuto social da companhia, o qual segue como ANEXO II à presente ata, e (viii) outros assuntos de interesse social. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente, Gabriela Albuquerque Pace - Secretária. Diretor Eleito: Milene da Rosa Rosa – Diretora Presidente. Jucesp - Registrada sob o n. 263.626/25-8 em 06/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Shopping Pátio Cianê Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.024.112/0001-07 – NIRE 35.300.414.977

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 02/09/2025, às 10 horas, na sede social da "Shopping Pátio Cianê Empreendimentos Imobiliários S.A." ("Companhia"), localizada na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Afonso Vergueiro, nº 823, Centro, CEP 18.035-370.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. Mesa: (a) **Presidente:** Sr. Bruno Sampaio Greve; e (b) **Secretário:** Sr. Carlos Frederico Youssef.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia com a consequente alteração da redação do artigo 5º do Estatuto Social.

5. Deliberações: Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, por unanimidade, a totalidade dos acionistas deliberaram, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o quanto segue: 5.1. Condição ao disposto no item 5.2 abaixo, aprovar a redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., de R\$ 114.030.544,00, totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$ 79.030.544,00, configurando uma redução de até R\$ 35.000.000,00, a qual poderá ser efetuada de maneira diferida com deliberações dos acionistas da Companhia, mediante a restituição de capital social aos acionistas da Companhia, por meio do cancelamento de até 27.367.331 ações ordinárias, nominativas. 5.2. Consignar que a eficácia da deliberação da redução do capital social da Companhia com a restituição do capital social aos acionistas desta fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: (i) publicação da presente ata, em face do disposto no artigo 174 da Lei das S.A.; (ii) decurso do prazo de 60 dias contados da data da publicação desta ata sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no artigo 174 da Lei das S.A.; e (iii) após o prazo para oposição dos credores ou pagamento e/ou depósito judicial aos credores, nos termos do item 5.2(i) e (ii) acima, a deliberação em assembleia geral extraordinária da Companhia homologando o valor da redução de capital social da Companhia, bem como prazo e forma de restituição do capital aos acionistas da Companhia (a qual poderá ser realizada em dinheiro ou em bens) ("Assembleia de Homologação"). A Assembleia de Homologação poderá cancelar a redução de capital, bem como homologar total ou parcialmente a redução de capital ora deliberada (e, em caso de homologação parcial da redução de capital, a Assembleia de Homologação poderá inclusive delegar poderes para assembleia subsequente homologar o restante da redução de capital) e tomar as demais medidas necessárias para alteração do estatuto social da Companhia. 5.3. Consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução ora deliberada. 5.4. Autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. 6. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Sr. Bruno Sampaio Greve – Presidente; e Sr. Carlos Frederico Youssef – Secretário. Acionistas: REC Saphyr Cianê Empreendimentos S.A.; HSI Malls Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada, p. S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 02/09/2025. Mesa: Bruno Sampaio Greve – Presidente; Carlos Frederico Youssef – Secretário.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/09/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

